



A ELOQUÊNCIA DO VERNÁCULO NA AURORA DO HUMANISMO

THE ELOQUENCE OF THE VERNACULAR
IN THE DAWN OF HUMANISM

Alessandro Jocelito Beccari¹

Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/Assis

Resumo: A oposição entre Renascimento e Idade Média pode ser pensada em termos linguísticos: os humanistas opuseram-se aos estudiosos medievais ao criticar o mau uso que estes haviam feito do latim e as consequentes distorções das ideias dos antigos. Para perseguir essa questão, este artigo discute diferentes concepções de gramática em escritos de pensadores proto-humanistas e escolásticos. Adotam-se aqui as perspectivas de Koerner (1989) e Murray (1998), teóricos da Historiografia Linguística.

Palavras-Chave: Renascimento; Idade Média; Concepções da Gramática.

Abstract: *The opposition between the Renaissance and the Middle Ages can be considered in linguistic terms: humanists opposed medieval scholars by criticizing their misuse of Latin and consequent distortions of the ideas of the ancients. This article pursues this question by discussing different conceptions of grammar in the writings of proto-humanist scholars and medieval thinkers. The perspectives adopted here are based on the works of linguistic-historiographical theorists Koerner (1989) and Murray (1998).*

Keywords: *The Renaissance; Middle Ages; Conceptions of Grammar.*

¹ jbeccari1@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em seu *De sui ipsius et multorum ignorantia*², de 1368, Petrarca deixa evidente que o abandono do estudo do latim clássico, das fontes antigas, por parte dos escolásticos estava na raiz de interpretações equivocadas, distorcidas ou mesmo errôneas de ideias contidas em obras de importantes autores da Antiguidade Clássica. Na mesma obra, ao descrever, ironicamente, uma série de visitas que lhe fizeram quatro jovens aristotélicos cheios de sabedoria, e inveja, Petrarca pergunta a si mesmo sobre a eloquência e a sabedoria que esses sábios modernos presumem ter:

Quomodo igitur inviderent michi quod non habeo, quod dum habui, ipse contempserim, quodque si redderetur, nunc vel maxime cognita et experta eius instabilitate, contemnerem? Non denique scientiam aut eloquentiam, quarum primam penitus nullam michi esse confirmant; altera, siqua esset, apud illos hoc moderno philosophico more contemnitur et quasi literatis viris indigna respuitur. Sic iam sola philosophantis infantia et perplexa balbuties, uni nitens supercilio atque oscitans, ut Cicero vocat, sapientia, in honore est, nec redit ad memoriam Plato eloquentissimus hominum, nec, ut sileam reliquos, dulcis ac suavis sed ab his scaber factus Aristoteles.

Como, então, invejariam-me pelo que não tenho, que, quando tive, desprezei, e que, se me fosse devolvida, bem conhecida sua instabilidade comprovada, não desprezaria? Não (me invejariam), enfim, pela ciência ou eloquência: a primeira, dificilmente perceberiam em mim, a segunda, mesmo que eu tivesse alguma, seria tida como indigna de homens letrados segundo a moda filosófica moderna. Porque, atualmente, só se honra como única sabedoria o infantil balbuciar perplexo dos que estudam filosofia, como diz Cícero: refletindo na testa os raios do sol. Platão, o mais eloquente dos homens, não vem à memória, e, para não falar dos outros (filósofos), Aristóteles não é suave e agradável, mas escabroso.

A sabedoria e a ignorância que Petrarca atribui a si mesmo em seu tratado são uma espécie de escudo contra as teses averroístas dos seus quatro

² O *De sui ipsius et multorum ignorantia* (Sobre sua própria ignorância e a de muitos) é um tratado filosófico em forma de opúsculo polêmico que Petrarca publicou em Veneza nos anos 1360. O texto constitui-se em uma resposta ao averroísmo latino – forma radical de aristotelismo condenado pela Igreja. Segundo seus detratores, Averróis (Ibn Rashid, 1126-1198), filósofo andaluz muito comentado nas faculdades da baixa Idade Média, sustentara a extinção da alma individual com a morte do corpo. No tratado, em forma de diálogo, quatro averroístas julgam Petrarca como mau literato por sua ignorância a respeito de Aristóteles. Petrarca responde a essas acusações com uma argumentação de base moral, utilizando-se das ideias de Platão, Santo Agostinho e Aristóteles e coloca-se como legítimo herdeiro do pensamento aristotélico em oposição às distorções do pensamento do Estagirita transmitidas pelos averroístas.

juízes escolásticos. Estes, segundo Petrarca, menosprezam ou sabem pouco a respeito da gramática e da filosofia dos gregos e romanos, haja vista que Donato e Cícero são os verdadeiros interlocutores de Petrarca nessa obra e não os quatro jovens aristotélicos que o julgam como pouco sabedor do pensamento do Estagirita.

Na verdade, os filósofos escolásticos do séc. XIII e XIV realmente interessavam-se pouco pela eloquência ou pelo estudo cuidadoso das belas letras: sua preocupação residia fundamentalmente na resolução de problemas semânticos e em um tipo de gramática que analisava a linguagem de um ponto de vista lógico-metafísico.

O latim escolástico da *Suma teológica* de Tomás de Aquino (ca. 1224-1274) ou da *Suma de lógica* de Guilherme de Ockham (ca. 1288-1348), por exemplo, é uma língua técnica, distante do estilo clássico das obras literárias romanas. Na verdade, o latim medieval assemelha-se ao inglês acadêmico atual: um meio de interlocução entre estudiosos falantes de idiomas tão diversos entre si quanto o inglês e as línguas românicas ou o dinamarquês e o croata.

Diferentemente das motivações escolásticas, a proposta humanista de um retorno à Antiguidade Clássica e à Patrística, da qual Petrarca foi o primeiro grande proponente, ia muito além de uma aprendizagem instrumental do latim, pois fazia parte de um projeto que aos poucos foi se consolidando e visava nada menos que a reconstrução moral e intelectual do ser humano à imagem de uma idealização da Antiguidade romana. Essa reconstrução seria feita com base em uma reinterpretação de elementos do neoplatonismo greco-latino e por meio de criações originais do próprio Renascimento. Esse projeto humanista incluía também uma releitura cuidadosa dos Padres da Igreja e da Bíblia, em suas línguas originais. Um ensino esmerado da gramática latina e, posteriormente, das línguas grega e hebraica, tornou-se fundamental para a consecução desse projeto.

Como veremos nas seções a seguir, a concepção de gramática, do ponto de vista humanista, diferia muito da maneira como fora entendida na Idade Média. A compreensão dessa diferença é crucial para que se entenda o rompimento dos humanistas com relação ao paradigma medieval para os estudos da linguagem.

1 HUMANISMO E IDADE MÉDIA: NATUREZA E ARTIFÍCIO

Pensar a gramática como um conjunto de regras ou princípios universais parece ser um dos pontos-chave para o entendimento da diferença entre o pensamento linguístico medieval e humanista.

Já no proto-humanismo de Dante e Petrarca constata-se um ponto de vista aparentemente oposto ao dos gramáticos medievais com relação à possibilidade de estabilização do conhecimento sobre uma língua por meio de regras universais ou artificiais.

Tanto em seus dois tratados, o *De vulgari eloquentia* e o *Convivio* (escritos provavelmente na mesma época: entre 1304 e 1308), quanto na *Commedia* (cujos cantos são compostos entre 1304 e 1321), Dante defende a tese da existência de uma oposição entre o que é natural e o que é artificial (não natural) com relação à linguagem humana (LO PIPARO, 1986, p. 6-9). Petrarca, por sua vez, dá à sonoridade (*sonoritas*) das palavras o estatuto de unidade prioritária. Essa concepção de sonoridade origina-se das leituras que Petrarca fez das obras de Cícero, em que o poeta toscano identificou certa suavidade das palavras (*dulcedo uerborum quaedam*), à qual contraporaria a aridez dos discursos do latim escolástico. O uso da língua latina pelos medievais, em comparação com a beleza da linguagem de Cícero e de outros autores romanos, deixava muito a desejar, segundo o poeta toscano (*Epistolae familiares*, XXIV, 3, *Epistola ad Marcum Tulum Cicerum*).

As ideias de artificialismo das normas ou de mudança linguística, de Dante, e a importância prioritária dada ao nível prosódico, defendido por Petrarca, da perspectiva dos gramáticos medievais, são pouco importantes, já que a escolástica medieval interessava-se pela língua como sistema de interpretação do mundo e não como meio de expressão estética. Parece haver, portanto, concepções distintas da natureza e função da linguagem na origem das diferenças teóricas que determinam a diferença entre o humanismo renascentista e a escolástica medieval.

Para uma abordagem da origem dessa diferença é necessário averiguar justamente quais seriam as concepções da natureza e da função da linguagem nos escritos de proto-humanistas e escolásticos. Nesse sentido, a seguir, serão discutidos excertos de Dante Alighieri (ca. 1265-1321), de dois gramáticos medievais: Boécio da Dácia (ca. 1240-1280) e Tomás de Erfurt (fl. 1310) e de um importante teólogo e filósofo escolástico: Tomás de Aquino (ca. 1224-1274).

1.1 A gramática medieval como *scientia sermonicalis*

Tomás de Erfurt, em sua *Gramática especulativa*, dispõe sobre os princípios que licenciariam uma *scientia speculativa*, ou ciência aristotélica, da linguagem:

Quoniam quidem intelligere et scire contingit in omni scientia ex cognitione principiorum, ut scribitur I Physicorum, Text Comment 1, nos ergo, volentes habere scientiae Grammaticae notitiam, circa omnia eius principia, cuius modi sunt Modi significandi, per se primo oportet insistere. Sed antequam eorum inquiratur notitia in speciali, praemittenda sunt quaedam in generali, sine quibus plenarius ipsorum intellectus haberi non potest.

Visto que em toda ciência saber e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito no primeiro livro e no comentário da *Física* de Aristóteles,³ é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são os modos de significar. Mas, antes de inquirirmos pelo seu conhecimento específico, é necessário nos remetermos a certas de suas noções gerais, sem as quais não se pode obter seu entendimento pleno (*Gramática especulativa*, I, 1).

Segundo os critérios da classificação das ciências do séc. XIII, a existência de princípios fundamentais para um corpo de doutrinas que este fosse considerado uma ciência. Esses critérios de classificação são veiculados pela tradução latina do *De scientiis* (*A divisão das ciências*) de Al-Farabi, em que as artes do quadrívio são chamadas de *scientiae doctrinales* (ciências doutrinárias) e constituem um conjunto de disciplinas “matemáticas”: as aritméticas, pura e econômica; as geometrias, pura (teórica) e mista (aplicada); a ciência dos aspectos ou óptica; as músicas, pura e instrumental; a ciência dos pesos; as ciências sobre os mecanismos ou artes mecânicas: a agricultura, a tecelagem; a gramática (SCHNEIDER, 2004, p. 129). Essa nova divisão entre ciências puras e aplicadas permitia uma dupla compreensão da gramática, cujo estudo poderia ser especulativo (geral ou filosófico) ou particular, a saber: ou dos princípios que regem todas as línguas ou das regras particulares de uma determinada língua, como o latim, o grego, ou o babilônico etc..

Nos *Primeiros analíticos*, Aristóteles estuda as regras formais do silogismo, cuja forma perfeita é o silogismo categórico ou universal, o qual se opõe ao silogismo hipotético, ou particular, que se ampara em suposições.

³ Na *Física* I, 184a 10-15, Aristóteles chama esses princípios de causas ou elementos (*arkhai, aitiai* ou *stoikheia*).

A demonstração científica aristotélica é silogística e sempre dedutiva: parte de princípios ou causas primeiras (*arkhai, aitiai, stoikheia*) para explicar casos/efeitos particulares.

As demonstrações exigidas pela *Gramática especulativa* são científicas porque partem de princípios gerais e autoevidentes: os modos de significar. Esses princípios ou modos explicam os efeitos particulares, ou seja, os fenômenos da linguagem, tanto aqueles relacionados à natureza das palavras quanto às construções sintáticas.

No séc. XIII, os medievais distinguem entre *philosophia* e *scientia*. A gramática é uma *scientia* e não uma *philosophia* porque sua análise da língua parte de um conjunto de postulados (ou causas, na linguagem aristotélica) que são preestabelecidos pela *philosophia*. Por isso, na *Gramática especulativa* não se explicam os princípios ou propriedades físicas ou categorias metafísicas de que se derivam seus princípios, antes fica bem claro que a explicação dessas propriedades ou categorias, ou modos, não é tarefa do gramático, mas sim do filósofo:

[...] *rationes consignificandi active, seu modi significandi activi, per se et primo ad grammaticam pertinent, tanquam principia considerata in grammatica. Sed rationes consignificandi passivae, seu modi significandi passivi, ad grammaticam non pertinent, nisi per accidens, quia non sunt principium partis orationis, nec formale, nec efficiens, cum sint rerum proprietates [...].*

[...] as disposições de cossignificar ativamente ou os modos de cossignificar ativos, em si mesmos e primeiramente, pertencem ao estudo da gramática enquanto princípios considerados na gramática. Mas as disposições de ser cossignificado passivas ou os modos de ser cossignificado passivos não pertencem ao estudo da gramática, a não ser acidentalmente, porque não se constituem em princípio de parte de discurso, seja de maneira formal (potencial) seja eficiente, mas representam as propriedades das coisas (*Gramática especulativa* I, 3).

Em suas *Quaestiones*, Boécio da Dácia faz uma afirmação semelhante à de Tomas de Erfurt: [...] *non grammaticus, sed philosophus proprias naturas rerum diligenter considerans, ex quibus modi essendi appropriati diversis rebus congruntur, grammatica invenit.* “[...] não o gramático, mas o filósofo, considerando diligentemente a natureza particular das coisas, a partir das quais se conhecem os modos de ser próprios das coisas, descobre a gramática” (*Quaestiones*, A, 1).

Portanto, Tomás de Erfurt e Boécio da Dácia entendiam a gramática como derivada de princípios “naturais” ou “universais”, a saber: das disposições ou modos de ser das coisas no mundo. Esses princípios ou modos de ser (*modi essendi*) são naturais porque correspondem a propriedades de

coisas que não foram criadas pelo gramático, mas que o gramático recebe como dados da metafísica, já que os modos de ser (*modi essendi*) são investigados pelo metafísico.

Em sua questão sobre a necessidade da reflexão gramatical (*Quaestiones*, A, 5) – *Utrum sit necessaria* – Boécio da Dácia afirma que a correspondência natural entre os princípios da gramática (os modos de significar) e os princípios da natureza e da mente (os modos de ser e de entender) é comprovada pela universalidade da gramática: a correspondência do princípios gramaticais com as propriedades físicas do mundo real é necessariamente igual para todos os seres humanos e não pode ser derivada apenas do arbítrio, ou do consenso, muito embora as línguas particulares sejam diferentes entre si.

Segundo Boécio da Dácia, o estudo da gramática é necessário, já que as línguas não foram desenvolvidas uniformemente a partir da gramática universal e, por conseguinte, gramáticas particulares devem ser reduzidas a regras universais para que os falantes de línguas diferentes possam comunicar-se: *Tamen propter idiomata ab homine iam inventa et diversificata apud diversos est homini grammatica necessaria [...]* “Todavia, porque as línguas já foram desenvolvidas e diversificadas pelo homem, a gramática é necessária ao homem [...]” (*Quaestiones*, A, 5).

Para Boécio da Dácia, a gramática universal é comprovada pelo fato das pessoas conseguirem aprender línguas diferentes. Nesse sentido, de fato, no aprendizado de uma língua estrangeira, sendo os princípios universais os mesmos, aprendem-se apenas características superficiais, acidentais à gramática universal.

2 A CONCEPÇÃO HUMANISTA DA GRAMÁTICA

A ruptura entre a maneira modista e a humanista de pensar a gramática pode ser observada a partir das reflexões de dois pensadores que estão na origem do humanismo renascentista europeu: Dante Alighieri e Francesco Petrarca.

As opiniões de Dante e Petrarca sobre a linguagem são definidoras dos fundamentos epistemológicos da gramática latina nos três séculos que os seguiram (séc. XIV, XV e XVI). Representam, de fato, uma quebra com o paradigma medieval para os estudos das línguas e da linguagem. Como se verá a seguir, o humanismo renascentista, já em seus primórdios, contrapõe-se

fundamentalmente ao universalismo dos gramáticos medievais discutido acima.

2.1 Dante: *natura contra artificium*

Em seus dois tratados, *De vulgari eloquentia* e *Convivio* (1304-1308), e em sua *Commedia* (1304-1321) Dante defende a tese da existência de uma oposição entre o que é natural e o que é artificial na linguagem humana (LO PIPARO, 1986, p. 6-9). Segundo Dante, no *Convivio* (II, XIII, 10⁴), a gramática natural, aquela que é apenas falada e é adquirida pelas crianças antes da alfabetização, é resistente à gramática racional (ou artificial) porque não é um objeto de estudo completamente penetrável pelas luzes da razão. Nesse sentido, as “regras” que podem ser identificadas pela gramática racional na gramática natural são cambiantes, mutáveis, até mesmo imprevisíveis:

E queste due proprietadi hae La Gramatica: ché, per la sua infinidade, li raggi de la ragione in essa non si terminano, in parte spezialmente de li vocabuli; e luce or di qual à in tanto quanto certi vocabuli, certe declinazioni, certe costruzioni sono in uso che già non furon, e molte già furono che ancor saranno: si come Orazio nel principio de la Poetria quando dice: ‘Molti vocabuli rinasceranno che già caddero’.

E estas duas propriedades tem a Gramática; pois que, pela sua infinidade, os raios da razão não logram penetrá-la inteiramente, em especial no que ao léxico se refere; e luz ora de aqui ora de ali, na medida em que certos vocábulos, certas declinações, certas novas construções que antes não existiam se acham em circulação, e muitos que já foram voltarão a ser, tal com diz Horácio no princípio da Arte Poética, quando diz: ‘Renasceram muitos vocábulos caídos em desuso.’ (*Convivio* II, XIII, 10⁵).

O *De vulgare eloquentia* (*Sobre a linguagem vernácula*) foi escrito em latim por Dante por volta de 1305. Nesse tratado, o poeta florentino defende a tese de que há um vernáculo italiano mais nobre que os outros e que esse vernáculo é, além disso, mais nobre que o latim gramaticalizado. No mesmo tratado, Dante defende que as línguas, de um modo geral, não são totalmente passíveis de serem reduzidas a regras gramaticais. Essa resistência das línguas à gramática, segundo Dante, está vinculada à mudança diacrônica e a intencionalidade, que

⁴ Os números “II, XIII, 10”, referem-se, na ordem inversa, ao 10º parágrafo do 13º capítulo do 2º tratado do texto original do *Convivio* de Dante Alighieri. Utiliza-se aqui a tradução para o português de Soveral (1992). As referências ao *De vulgari eloquentia* seguirão o mesmo método.

⁵ ALIGHIERI, D. *Il convivio*. BUSNELLI, G.; VANDELLI, G. (eds.). Firenze: Le Monier, 1968 [1303-1305?]

ele chama de estilo. Dante identifica essa resistência à imposição de regras nos vernáculos não gramaticalizados da Península itálica de sua época.

Além de comprovar sua tese de variação diacrônica, diatópica e estilística com o uso de uma base empírica, Dante afirma que o idioma vulgar é mais nobre que o gramaticalizado porque é natural (cresce com) o ser humano e não artificial, como são as regras das artes gramáticas (dos livros-texto de gramática), as quais as pessoas aprendem normalmente com imensas dificuldades e numa fase posterior da vida, ou seja, quando adultas:

[...] quod vulgarem locutionem appellamus eam qua infantes assuefiunt ab assistentibus cum primitus distinguere voces incipiunt; vel, quod brevius dici potest, vulgarem locutionem asserimus, quam sine omni regola, nutricem imitantes accipimus. Est et inde alia locutio secundaria nobis, quam Romani grammaticam vocaverunt. hanc quidem secundariam Graeci habent et alii, sed non omnes: ad habitum vero huius pauci perveniunt, quia non nisi per spatium temporis et studii assiduitatem regulamur, et doctrinamur in illa.

Harum quoque duarum nobilior est vulgaris, tum quia prima fuit humano generi usitata, tum quia totus orbis ipsa perfruitur, licet in diversas prolationes et vocabula sit divisa; tum quia naturalis est nobis, cum illa potius artificialis existat.

Chamamos de língua vernácula àquela com a qual as crianças se habituem por meio de suas nutrizes quando começam a distinguir as primeiras palavras; ou, para dizer de maneira mais breve, afirmamos que o falar vernáculo é aquele que adquirimos, sem nenhuma regra, imitando a ama-de-leite. Existe, além dessa, outra língua, que é secundária para nós, a qual os romanos chamaram gramática. De fato, os gregos têm também uma (gramática) secundária e outros (povos), mas não todos (todas as pessoas): poucos chegaram ao seu conhecimento, porque não é possível nos tornarmos conhecedores dela a não ser que nos disciplinemos por um espaço de tempo e pela assiduidade do estudo.

Dessas duas a mais nobre é a vernácula, tanto porque foi a primeira a ser utilizada pela espécie humana, tanto porque é usufruída em todo o mundo, embora com diversas pronúncias e vocábulos, quanto porque é natural para nós, enquanto aquela é mais artificial (*De vulgari eloquentia*, I, I, 2-4).

Ao fazer essa contraposição entre uma língua oral e adquirida de maneira intuitiva ou natural e uma língua escrita, gramatical, que se conforma às regras das artes, Dante está contrapondo a *ars* (um conhecimento linguístico artificial, livresco, cultural) à *natura* (um conhecimento intuitivo, vivido, que não pode ser totalmente reduzido por meio de conceptualizações).

Essa contraposição é também uma oposição entre uma língua que está de acordo com o uso linguístico real e uma língua que não é mais falada e à qual, portanto, os aprendizes devem adaptar-se, com dificuldade, por meio de uma árdua aprendizagem de regras artificiais: *Lo volgare seguita uso e lo latino arte* “a língua vulgar segue o uso e o latim a arte (gramática)” (*Convivio* I, V, 14).

Uma observação quanto ao excerto do *Convívio*, acima, é que o latim utilizado por Dante é um latim apropriado para a difusão de suas ideias: é o latim dos tratados escolásticos, em que se dá mais valor ao conteúdo do que à forma. O latim que Petrarca utilizará em suas epístolas, pouco mais de uma década depois, já será o latim ciceroniano que o humanismo do séc. XV e XVI cultivará e cultuará com grande cuidado e entusiasmo. Na verdade, essa facilitação linguística de Dante no *De vulgari eloquentia* tem um público certo: uma nobreza italiana que tem o vernáculo e não o latim como primeira língua e para quem ele quer transmitir suas novas ideias linguísticas.

Apesar de seus registros serem distintos, tanto Dante quanto Petrarca, autor de centenas de cartas literárias, estavam interessados em difundir suas ideias sobre a linguagem, principalmente, a contraposição entre uso e artifício (Dante) e o ideal do ensino e aprendizado do latim para a imitação dos clássicos (Petrarca). Essa difusão foi a tal ponto eficaz que as ideias de Dante e Petrarca ocupariam as atenções dos letrados europeus por mais de dois séculos e teriam como uma de suas consequências, especialmente no séc. XVI, as gramáticas dos vernáculos europeus e das línguas indígenas do novo mundo. Essas novas gramáticas seriam calcadas no que fora a meta da concepção quintiliânica (séc. I d.C.) da gramática latina: o objetivo do ensino gramatical deve ser o aprendizado dos melhores usos da língua, i.e., o uso que dela fizeram os autores clássicos. Para as línguas vernáculas europeias, os novos clássicos, bem como as traduções da Bíblia, surgem quase concomitantemente às suas primeiras gramáticas: o *Orlando furioso* de Ludovico Ariosto (1474-1533), *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões (ca. 1524-1580), as peças de William Shakespeare (1564-1616) são dessa mesma época. Nesse sentido, a *Commedia*, escrita em toscano e inspirada em Virgílio, é o resultado mais imediato, mais representativo e mais influente das ideias linguísticas de Dante.

De maneira radicalmente diferente dos gramáticos medievais Boécio da Dácia e Tomás de Erfurt, Dante vê o signo linguístico como intrinsecamente arbitrário devido à sua capacidade inerente de mutabilidade semântica. No *De vulgari eloquentia*, através de uma análise empírica e descritivista dos dialetos italianos, Dante observa que as diferenças sincrônicas, diacrônicas e estilísticas podem ser intencionais e que, assim, não são completamente penetráveis pela razão ou fixadas pela gramática, em qualquer momento ou ambiente, em virtude de sua natureza mutável.

Essa tese ressurgiu, segundo Lo Pipparò (1986, p. 15), em um dos últimos escritos de Dante: o Canto XXVI do *Paradiso* (versos 124 a 138), em que a personagem Adão explica a Dante que a característica mutável das línguas já existia no idioma original da humanidade, antes do grande dilúvio, e que até mesmo o nome divino, com o passar do tempo, foi pronunciado de maneiras diversas pelos seres humanos:

*La lingua ch'io parlai fu tutta spenta
innanzi che all'ovra inconsummabile
fosse la gente di Nembrót attenta;*

*chè nullo effetto mai razionabile,
per lo piacere uman che rinovella
seguendo il cielo, sempre fu durabile.*

*Opera naturale è ché uom favella;
ma così o così, natura lascia
poi fare a voi, secondo che v'abbella.*

*Pria ch' i' scendessi all' infernale ambascia,
L s'appelava in terra il sommo bene
onde vien la letizia che mi fascia;*

*e EL si chiamó poi: e ciò convene,
chè l'uso de' mortali è come fronda
in ramo, che sen va e altra vene.*

(Antes que a gente de Nemrod consinta
Em meter mãos à obra interminável,
A língua, que falei, se achava extinta.

De homem feitura sempre perdurável
Não é; vem do capricho e um dia cessa,
Do céu segundo o influxo variável.

A humana fala a natureza expressa;
Por ela o modo de falar deixado
Ao homem está, segundo lhe interessa.

Antes de eu ter no inferno penetrado
L o supremo bem significava,
Que desta leda luz me há circundado;

Depois em *EL* o nome se mudava;
Qual rama dos mortais uso varia,
Sucede a folha nova à que secava.)

(*Paradiso* XXVI, 124-38.)

No excerto acima, Dante, por meio da fala de Adão, é muito claro em sua tese variacionista: os usos linguísticos dos seres humanos, criaturas mortais/naturais, são transitórios e comparam-se à mudança de folhagem (verso 137 da tradução) ou ao “influxo variável” (das marés) (verso 129 da tradução): ambos esses símiles são utilizados para demonstrar que a fala humana é uma expressão da mesma natureza cambiante de que fazem parte todos os aspectos do mundo sublunar. As línguas são, portanto, transitórias e podem até mesmo vir a desaparecer, como ocorreu à língua adâmica. É nesse sentido que as línguas humanas diferem da comunicação angelical, que participa da estabilidade do empírio imutável, onde a comunicação prescinde de palavras. Exemplo da superfluidade das palavras no paraíso celeste, os versos 103 a 108 relatam no diálogo entre Dante e Adão. A peculiaridade da conversa de Dante com o pai de todas as gentes é que, antes que lhe faça quaisquer de suas perguntas, Adão, um habitante do paraíso celeste, prontamente diz a Dante que pode responder todas elas sem que ele (Dante) lhe pergunte qualquer coisa:

*Indi spiró: “Sanz’ essermi proferta
da te, la voglia tua discerno meglio
che tu qualunque cosa t’ è piú certa;*

*perch’ io la veggio nel verace specchio
che fa di sè pareglio all’ altre cose,
e nulla face lui di sè pareglio.*

(– “Não hei mister declares” – me tornava –
“Teu desejo, melhor que tu sabendo
Quanto a certeza em tua mente grava.

Nesse espelho infalível estou lendo,
Em que é todo o visível refletido,
Cousa nenhuma o refletir podendo.)

(*Paradiso* XXVI, 103-8)

De acordo com Lo Pipparò (1986, p. 13), um dos pressupostos do pensamento linguístico de Dante no *De vulgari eloquentia* (I, II, 3) é que a alteridade é a principal característica da fala humana. Segundo esse autor, o “sentir-se diferente dos outros” seria, para o grande poeta florentino, o gatilho de toda a comunicação humana, pois não haveria necessidade de fala se essa sensação de alteridade não existisse:

Speech, i.e., the transmission of information by means of words, presupposes a difference between the two poles of the communicative process: speech is the only way of communicating the ideas conceived by our mind (nostre mentis...conceptum) to other men (aliis). At different levels, angels and animals do not speak because their psychic worlds lack 'alterity', i.e., one being different from another.

Portanto, a alteridade move cada ser humano possuidor de suas próprias razões (intenções) a falar a seus semelhantes. A alteridade está também ligada à corporeidade (LO PIPPARO, 1986, p. 14): o meio material dos sentidos físicos (audição, voz, visão, tato), peculiar a cada falante. Assim, os seres humanos, distintamente dos anjos e das almas dos santos no paraíso celeste, comunicam-se de maneira indireta e imperfeita por meio de corpos transitórios, exprimindo experiências e intenções representadas em suas mentes limitadas por meio de conceitos imprecisos; suas palavras, que refletem essas limitações, caem em desuso sem jamais conseguir expressar completamente essas experiências e intenções.

Essa noção de um caráter inacabado do discurso humano, que é um alicerce da teoria da linguagem de Dante, juntamente com seu platonismo, pode ter parentescos com o pensamento de Tomás de Aquino sobre a linguagem humana.

Na conclusão de seu opúsculo sobre a diferença entre a palavra humana e a Divina, Tomás de Aquino conclui que a principal diferença entre elas é aquilo que resume com o termo *cogitatio*:

Quandiu ergo intellectus ratiocinando discurrit, huc illucque jactatur, necdum formatio perfecta est, nisi quando ipsam rationem rei perfectae conceperit, et tunc primo habet rationem verbi.

Et inde est quod in anima nostra est etiam cogitatio per quam significatur ipse discursus inquisitionis, verbum quod est jam formatum per perfectam contemplationem veritatis, ideo perfecta contemplatio veritatis dicitur Verbum.

Enquanto o intelecto está em processo de discorrer raciocinando, lançado de um lado para o outro, não há formação perfeita até que perfaça o conceito da própria essência do objeto, e é só ao perfazer a *ratio* da coisa que essa *ratio* adquire caráter de palavra.

Há, pois, em nossa alma, cogitação, isto é, o pensamento que discorre e indaga; e há, além disso, a palavra que já está formada pela perfeita contemplação da verdade, e assim a perfeita contemplação se diz Palavra (*De differentia verbi divini et humani*, IV, 1-3).

Se o “discorrer raciocinando” da *cogitatio* de que fala Tomás de Aquino for entendido como efeito das restrições da temporalidade, pode-se entender o

motivo que faz com que o discurso atemporal dos habitantes do *Paraíso* seja isento de *cogitatio*.⁶

Embora a limitação da *cogitatio* ou “discorrer raciocinando” seja inerente a todo discurso humano, há uma diferença de grau: palavras familiares de uma língua do presente exigem menos *cogitatio* que palavras que caíram em desuso nessa mesma língua ou aquelas que pertenceram a uma língua do passado. Nesse sentido, uma língua nativa é mais próxima do idioma do paraíso celeste do que uma língua aprendida artificialmente.

Como se viu acima, a temporalidade do discurso humano é entendida por Dante como o princípio mais elementar de sua teoria, em que ele afirma que a língua vulgar é mais nobre (eloquente) do que o latim, porque, justamente, o vernáculo é mais imediato (natural) ao falante. Nesse sentido, por sua naturalidade, a língua vulgar permite ao seu usuário uma expressão muito mais genuína dos seus próprios sentimentos e ideias do que uma língua escolar jamais permitiria. É essa naturalidade, em oposição à artificialidade do latim escolástico, que permite que a língua vernácula seja mais verdadeira, mais eloquente e, portanto, mais nobre que aquele. Aparentemente, essa noção da nobreza das línguas naturais guiou todo o humanismo posterior, pois deu o fundamento ideológico para que os humanistas do séc. XV escrevessem gramáticas não só para o latim clássico, mas também para as línguas vernáculas, e, no séc. XVI, para línguas indígenas e asiáticas.

Outra diferença importante, instaurada por Dante, entre os estudos gramaticais modistas (medievais) e a humanistas tem a ver com a importância que os estudiosos da linguagem atribuirão ao som a partir de meados do séc. XIV.

De acordo com os gramáticos modistas medievais, a palavra, ou som significativo (*vox significativa*), é apenas um suporte acidental ou superficial de uma estrutura profunda do intelecto que possui um caráter universal (os modos de entender ou *modi intelligendi* são iguais para todas as línguas). Para Dante, o signo é essencialmente intencional e sua intencionalidade manifesta-se exclusivamente nos sons significativos (nos significantes) particulares de cada

⁶ Segundo Holmes, embora seja possível que Dante tenha frequentado “a universidade mais próxima de Florença, a de Bolonha [...] é mais provável, contudo, que a sua cultura (escolástica) tenha derivado principalmente de origens florentinas: [...] das escolas conventuais onde teria aprendido filosofia e teologia” (1981, p. 20). Portanto, é possível que Dante tenha tido contato com o pensamento de Tomás de Aquino, que fora professor em Bolonha, e em outras cidades italianas, na geração imediatamente anterior à sua.

língua. Portanto, na teoria da linguagem de Dante o que importa é a diferença e não o universal: para ele, é a variação e não os modos de entender (dos modistas) ou os conceitos (dos nominalistas) que explicam o significado de cada signo, já que este signo só existe histórica e socialmente contextualizado e não nas profundezas da mente. Nesse sentido, as características particulares do significante, e não um suposto significado universal, é que deve ser o centro de interesse de qualquer um que queira entender uma língua, seja ela vernácula ou clássica. Em vista dessas ideias, não é surpreendente que o núcleo das gramáticas latinas dos humanistas do séc. XV não consista de capítulos dedicados à sintaxe, mas sim à estilística.

Ressalte-se também que a importância que Dante dá à alteridade e ao particular parece relaciona-se com o princípio segundo a qual, no mundo, não há, de fato, constatações empíricas da existência de universais de quaisquer tipos. A inexistência de universais no mundo e, como resultado disso, a afirmação da existência objetiva somente de dados empíricos constitui o princípio fundamental da ontologia nominalista. Nesse sentido, a preocupação humanista com a palavra, i.e., com o significante, parece fazer parte de uma tendência geral da história intelectual da primeira metade do séc. XIV: um novo voltar-se ao particular, ao dado. Essa tendência está de acordo com o modelo em espiral de Koerner (1989) para a história dos estudos da linguagem. Esse modelo prevê alternâncias entre focos mais teóricos e mais empíricos na história dos estudos da linguagem no Ocidente. Essas alternâncias transparecem nas diferenças epistemológicas entre as concepções de gramática dos primórdios do humanismo renascentista e aquela dos gramáticos especulativos do final da primeira escolástica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francesco Petrarca e Dante Alighieri são precursores do novo intelectual que será predominante nos dois séculos que os seguirão: um homem de saber que não está mais necessariamente vinculado à instituição de ensino tradicional e religiosa. Trata-se de um homem de letras intelectualmente produtivo, que pode dar-se ao luxo de estar à margem das universidades, quiçá atuando como advogado, como Lorenzo Valla (1407-1457), como Montaigne (1533-1592), escrevendo na torre de seu castelo, ou como Luís de Camões, em Goa.

Ao longo do séc. XIII e XIV, ao mesmo tempo em que há críticas à instituição religiosa e à universitária, ocorre também um crescimento da laicização do saber. Segundo Verger (1999, p. 16), o novo homem de letras (*uir litteratus*), cujos idealizadores e arquétipos são Dante e Petrarca, começou a surgir na Europa a partir dos sécs. XII e XIII – principalmente no norte da Península itálica, e nas regiões comercialmente mais desenvolvidas das atuais França e Bélgica. Esse novo homem de letras poderia ser um nobre empobrecido, como Dante, ou um membro da burguesia urbana, como Petrarca, cuja família havia enriquecido como prestadora de serviços jurídicos à nobreza e à Igreja: uma família de notários e advogados.

De acordo com Verger, o número de *litterati* (*gens de savoir*), o número de pessoas que sabiam ler e escrever em latim e que não pertenciam a ordens religiosas ou aos quadros da igreja ou universidades aumenta consideravelmente já no séc. XIII:

[...] a partir desse período, os ‘homens de saber’ obtiveram... um peso social suficiente para que possamos considerá-los, de uma vez por todas, como um grupo específico e como agentes eficazes de evolução, não somente intelectual, mas religiosa, social e política, das civilizações ocidentais (VERGER, 1999, p. 16).

Como as universidades do final do séc. XIII e início do séc. XIV eram os principais centros de difusão do saber letrado da Europa, pode-se pensar que as ideias dos primeiros humanistas façam deles um grupo revolucionário de estudiosos da linguagem, uma vez que formam uma unidade ideológica que se contrapõe ao grupo dominante representado pelos mestres modistas e nominalistas dessas universidades. Se este foi o caso ou não, o fato é que uma situação marginal do movimento humanista, se é que houve, deve ter perdurado por muito tempo: os humanistas rapidamente tornaram-se predominantes no horizonte dos estudos da linguagem europeus intrauniversitários.

Segundo Le Goff o humanismo chegou às universidades europeias mais influentes da época, Oxford e Paris, depois de ter conquistado Florença e a Universidade de Bolonha, bem antes de 1350.⁷ De acordo com Verger (1999, p.

⁷ Na verdade, pode-se dizer que a fonte imediata do humanismo europeu chegou à França quando a corte do Papa Clemente V estabeleceu-se em Avignon, com suas bibliotecas cardinalícias, em 1309. O pai de Petrarca, *ser* Petracco (falecido em 1326), mudou-se com a família para Avignon nesse mesmo ano, quando Petrarca contava cinco anos, e lá passou a trabalhar como advogado da corte papal. *Ser* Petracco conheceu Dante pessoalmente, já que

29), “a chancelaria pontifical” possuía “entre seus secretários latinistas de grande qualidade, retóricos impecáveis capazes de redigir em longos períodos ritmados os preâmbulos majestosos das cartas mais solenes.” Note-se que foi nas bibliotecas cardinalícias de Avignon que Petrarca teve a sua primeira formação. Foram esses profissionais da escrita oficial, esses notários e advogados de corte, como o pai de Petrarca, que se tornaram os primeiros partidários do programa humanista:

Mais ainda que os universitários, foram esses profissionais da escrita pública os que buscaram nas cartas e nos discursos de Cícero os modelos capazes de dar a seus escritos aquela elegância e aquela força de convicção que haviam caracterizado os melhores oradores da Antiguidade. Uma carta de Coluccio Salutati (1331-1406), o grande humanista de Florença, então em guerra contra Milão, era mais temível – dizia-se – que um esquadrão de cavalaria. (VERGER, 1999, p. 30)

Todavia, a maioria desses profissionais da escrita, em algum momento de suas vidas, também frequentou universidades. Portanto, assim como o modismo e o nominalismo difundiram-se a partir das faculdades de artes do séc. XIII e XIV, o humanismo terá a sua própria difusão desde as faculdades superiores de direito, como a de Bolonha já no início do séc. XIV. Essa propagação de ideias foi, sem dúvida, facilitada pela Cristandade ocidental indivisa do baixo Medievo, em que o trânsito de estudantes estrangeiros entre universidades era intenso, o que se comprova pela divisão das faculdades em nações.

Segundo Le Goff, além das disputas por cátedras, houve também outra forte motivação interna às universidades para a rápida expansão do humanismo: os nominalistas, que dominavam a Universidade de Oxford e a de Paris durante as primeiras décadas do séc. XIV, no séc. XV estavam “tão fechados no estudo da lógica formal, nas elocubrações sem fim sobre a definição das palavras, nas divisões e subdivisões artificiais, no terminismo” (LE GOFF, 2003, p. 183-5) e, além disso, em uma repetição infrutífera de fórmulas escolásticas, que não foi difícil para os humanistas difundirem uma rejeição geral a essa “escolástica depravada, caricatural, moribunda” (LE GOFF, 2003, p. 183) no meio universitário europeu.

Dado esse clima de opinião, a retórica do humanismo contra a escolástica, como veiculada, de início, principalmente por Petrarca, foi tão forte

ambos pertenceram ao partido dos guelfos brancos expulsos de Florença em 1302 (DOTTI, 2006, p. 20-7).

que mesmo a ideia de que os humanistas representariam um grupo revolucionário, como definido por Murray (1998, p. 25), torna-se insatisfatório.

De fato, a nova abordagem humanista para o ensino do latim não se resume a um conjunto de ideias inovadoras de um grupo marginal de estudiosos da linguagem, é antes o principal instrumento de um novo projeto para a intelectualidade da Europa. Nesse sentido, a reação humanista à escolástica permite uma interpretação de tipo kuhniano (2009), em que o resultado do conjunto das proposições originárias do pensamento dos proto-humanistas, principalmente nas obras filosóficas de Dante e Petrarca, pode ser visto como uma revolução de grandes dimensões na história das ideias sobre as línguas e a linguagem. Essas proposições têm uma influência definidora no Renascimento. Esse movimento brusco do pêndulo da história (KOERNER, 1989, p. 53) deu-se em uma direção precisa: a reinclusão do estudo dos sons da fala e dos melhores usos nos estudos da linguagem ocidentais.

No novo paradigma instaurado por Dante e Petrarca, há duas características principais: uma consideração da nobreza das línguas vivas (Dante) e uma atenção especial aos usos clássicos da língua em seus usuários de maior prestígio (Petrarca)⁸. Paradoxalmente, essa mudança significou, de fato, um retorno à gramática latina antiga. E esse retorno tem a *eloquentia* (eloquência) como fim último, aproximando-se das proposições de Quintiliano em sua *Institutio oratoria*.

Os estudos da linguagem no período humanista serão, acima de tudo, voltados à imitação dos usos mais elegantes dos autores clássicos, especialmente nas obras de Cícero – segundo Quintiliano e Petrarca, o protótipo da eloquência latina. Como resultado disso, no séc. XV e XVI, a gramática volta a ser, como a idealizara Quintiliano no final do séc. I d.C., um instrumento de ensino e aprendizagem dos usos de uma língua através de seus autores consagrados.

Se a aurora do humanismo propõe uma maior atenção ao estilo dos antigos e, ao mesmo tempo, defende uma crítica textual cuidadosa, não surpreende que um estudo aprofundado do latim e, posteriormente, também

⁸ Note-se que o normativismo clacissizante de Petrarca não se opõe ao pendor vernacular de Dante, porque ambos escreveram em toscano. Petrarca, que inventou o soneto, é mais conhecido por sua obra poética em vernáculo do que por sua produção literária em latim. Na verdade, o que Petrarca e Dante têm em comum é sua demonstração da nobreza poética do vernáculo através da literatura. A *Commedia* é provavelmente o maior exemplo dessa demonstração.

do grego e do hebraico, exigisse uma gramática diferente daquela que havia sido desenvolvida pelos escolásticos. Essa “nova” gramática começa, portanto, como uma retomada de um ideal que pertencera à Antiguidade romana – mais precisamente, Quintiliano –, ao prescrever que o estudo do latim deveria preparar o aprendiz para a leitura aprofundada e a imitação perfeita dos clássicos da literatura latina, tendo Cícero como principal modelo.

REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. *Convívio*. Tradução: SOVERAL, C. Eduardo de. Lisboa: Guimarães Editores, 1992.

_____. *A divina comédia*. Tradução: PINHEIRO, J. P. X. 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--?].

_____. *De vulgari eloquentia*. Firenze: s.n., 1882. Disponível em: <http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost14/Dante/dan_vu00.html>. Acesso em: 12/04/2012.

AQUINO, Tomás de. *Summa theologiae*: I, Prima Pars. Matriti: La editorial católica, 1955.

_____. *De differentia verbi divini et humani*. In: LAUAND, L. J. (Trad.). *Sobre a diferença entre a palavra divina e a humana*. São Paulo: GRD, 1993.

ARISTÓTELES. Física. In: WICKSTEED, P.H.; CORNFORD, F. M. (Trad.). *Aristotle: Physics books i-iv*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

_____. Categorias. In: COOK, H. P. (Trad.). *Categories. On Interpretation. Prior Analytics*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

DÁCIA, Boécio da. *Modi significandi sive quaestiones super priscianum maiorem*. In: McDERMOTT, A. C. S. (Ed.). *Godfrey of Fontaine's abridgement of Boethius of Dacia's modi significandi sive quaestiones super priscianum maiorem*. Tradução: McDERMOTT, A. C. S. Amsterdam: John Benjamins B. V., 1980.

DOTTI, Ugo. *Vida de Petrarca*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

ERFURT, Tomás de. Gramática especulativa. In: BECCARI, A. J. *Uma tradução da Grammatica speculativa, de Tomás de Erfurt, para o português: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário*, 2013. 500 f. Tese (Doutorado em Letras) Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

KOERNER, Ernest Frideryk Konrad. Models in linguistic historiography. In: KOERNER, Ernest Frideryk Konrad. (Org.). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na idade média*. Tradução: CASTRO, M. de. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. Original em francês.

LO PIPARO, Franco. Sign and grammar in Dante: a non-modistic language theory. In: *The history of linguistics in Italy*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1986. v. 33. p. 1-22.

MURRAY, Stephen. O. Theory groups in science. In: *Theory groups and the study of language in north america: a social history*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. v. 69. p. 1-26.

OCKHAM, Guilherme de. *Summa logicae*. Disponível em: <http://www.logicmuseum.com/wiki/Authors/Ockham/Summa_logicae/Book_I/Chapter_3> Acesso em: 6 dez. 2012.

PETRARCA, Francesco. *Epistolae familiares*. Disponível: < http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost14/Petrarca/pca_2403.html > Acesso em: 11 abr. 2012.

_____. *De sui ipsius et multorum ignorantia*. In: RICCI, P. G. ; CARRARA, E. ; BIANCHI, E. *Francesco Petrarca: Prose*. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1955? p. 710-67.

SCHNEIDER, Jakob Hans Josef. Al-Farabi: *de scientiis*. On the division of sciences. Arabic philosophy in the latin middle ages. In: DE BONI, L. A. (Org.); PICH, R. H. (Org.). *A recepção do pensamento greco-romano, árabe e judaico pelo ocidente medieval*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2004. p. 113-38.

VERGER, Jacques. *Homens e saber na idade média*. Tradução: BOTO, C. 2 ed. Baurú: EDUSC, 1999. Original em francês.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 15 de julho de 2016.

Aprovado em sistema duplo cego em: 12 de setembro de 2016.